

ANEXO V – TEMAS DE PESQUISA DE INTERESSE PRIORITÁRIO DO MPBA

Os temas abaixo relacionados foram indicados pelos Centros de Apoio Operacional, Corregedoria Administrativa e Superintendência de Gestão Administrativa como de interesse prioritário para a atuação do Ministério P\xfablico do Estado da Bahia. Os projetos de pesquisa alinhados a estes temas receberão pontuação diferenciada, conforme art. 10º, critério 2.1, deste Edital.

1. CAOCIF - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS E FUNDAÇÕES

1.1 Conflitos Fundiários, Segurança Jurídica e Registros Públicos: atuação contemporânea do Ministério P\xfablico

Descrição e contextualização:

Os conflitos fundiários representam uma das expressões mais complexas e sensíveis da atuação cível do Ministério P\xfablico, envolvendo disputas possessórias e dominiais, interesses públicos e privados, vulnerabilidade social, patrimônio público e a necessidade de preservação da segurança jurídica. A multiplicidade de situações fundiárias irregulares, a precariedade documental, a existência de registros imobiliários inconsistentes ou sobrepostos e a judicialização crescente de conflitos coletivos evidenciam o papel estruturante dos registros públicos na prevenção, qualificação e solução dessas controvérsias.

Nesse contexto, a atuação do Ministério P\xfablico revela-se essencial tanto na mediação e resolução extrajudicial de conflitos fundiários, quanto no controle da legalidade de atos administrativos e registrais, contribuindo para a pacificação social, a racionalização da litigiosidade e o fortalecimento da confiança no sistema jurídico.

A pesquisa acadêmica voltada a esse tema pode oferecer subsídios relevantes para o aprimoramento da atuação institucional do Ministério P\xfablico em conflitos fundiários, especialmente na interface com os registros públicos e os processos estruturais.

Palavras-chave: Conflitos Fundiários; Registros Públicos; Segurança Jurídica; Atuação do Ministério P\xfablico.

Exemplos de abordagem:

1. O papel do Ministério P\xfablico na mediação e resolução extrajudicial de conflitos fundiários coletivos.
2. Registros públicos como instrumento de prevenção e solução de conflitos fundiários.
3. Atuação ministerial diante de sobreposição de matr\xedculas, cadeias dominiais precárias e litígios possessórios complexos.
4. Conflitos fundiários e processos estruturais: limites e possibilidades da atuação do MP.
5. Cooperação interinstitucional entre Ministério P\xfablico, Poder Judiciário e serventias extrajudiciais em conflitos fundiários.

2. CEOSP - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA P\xUBLICA E DEFESA SOCIAL

2.1 Tutela coletiva da segurança pública e execução penal: o papel do Ministério P\xfablico no controle estrutural da crise de segurança pública

Descrição e contextualização:

Análise da atuação do Ministério P\xfablico, por meio de ações civis públicas e instrumentos estruturais, no aperfeiçoamento da atuação das forças de segurança pública a fim de impactar positivamente na segurança pública e na execução penal.

Palavras-chave: Tutela coletiva da segurança pública; Execução penal

Exemplos de abordagem: Fiscalização do uso diferenciado da força; impactos do emprego de câmeras corporais na redução da letalidade policial; técnicas de investigação para o desbaratamento de facções criminosas; impactos da crise do sistema prisional na segurança pública.

2.2 Sonegação fiscal e reforma tributária: impactos do novo modelo de tributação sobre o consumo no enfrentamento aos crimes contra a ordem tributária

Descrição e contextualização:

Estudo dos possíveis efeitos da Emenda Constitucional da Reforma Tributária (IBS/CBS) sobre práticas de sonegação fiscal, evasão e fraudes estruturadas, com foco na repressão penal e na atuação do Ministério Público

Palavras-chave: Reforma tributária; Sonegação Fiscal; Crimes contra a Ordem Tributária

Exemplos de abordagem:

1. Desafio da persecução patrimonial para a recuperação fiscal diante da Reforma Tributária;
2. Estrutura do IBS e da CBS sob a ótica da evasão fiscal;
3. Reflexos da Reforma Tributária na tipificação e investigação dos crimes da Lei 8.137/90.

3. CAODH - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

3.1 Segurança Alimentar

Descrição e contextualização: A segurança alimentar corresponde à garantia de acesso regular, permanente e socialmente adequado a alimentos seguros, de qualidade nutricional satisfatória e compatíveis com hábitos culturais, assegurando, simultaneamente, bases sustentáveis de produção e consumo. O conceito articula dimensões de disponibilidade, acesso, estabilidade e utilização biológica dos alimentos, integrando-se ao Direito Humano à Alimentação Adequada e às políticas públicas voltadas à promoção da saúde, da assistência social e do desenvolvimento sustentável.

Esse tema apresenta elevada relevância para o Ministério P\xfablico do Estado da Bahia (MPBA), cuja atuação institucional envolve a defesa de direitos fundamentais e a fiscalização da execução e da efetividade das políticas públicas. Dada a centralidade da alimentação adequada como direito social, o MPBA desempenha papel essencial na supervisão de programas de segurança alimentar, especialmente no âmbito do SISAN, no controle da qualidade da alimentação escolar, na verificação do funcionamento de equipamentos públicos de assistência e no enfrentamento de vulnerabilidades agravadas por desigualdades territoriais e socioeconômicas. Dessa forma, a instituição contribui para a redução de assimetrias históricas e para a promoção de condições que assegurem dignidade e equidade.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Exemplos de abordagem:

1. Análise da efetividade das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente no que diz respeito à execução de programas como o PNAE e o PAA, à atuação dos municípios no SISAN;
2. Funcionamento das estruturas de governança responsáveis por planejar, monitorar e avaliar ações de combate à fome;
3. Presença persistente de insegurança alimentar em comunidades rurais, quilombolas, indígenas e periferias urbanas;
4. Qualidade e segurança sanitária dos alimentos ofertados em escolas, hospitais e demais equipamentos públicos, considerando processos licitatórios, fiscalização e cumprimento de padrões nutricionais e de higiene;
5. Impactos de crises econômicas, sanitárias ou climáticas sobre o acesso à alimentação e sobre os sistemas de abastecimento;

3.2 Interseccionalidades no combate à discriminação racial e de gênero e na proteção dos direitos da população LGBTQIA+

Descrição e contexto:

A interseccionalidade no combate à discriminação racial e de gênero consiste na compreensão de que diferentes sistemas de opressão — como racismo, sexism, LGBTQIA+fobia e desigualdades socioeconômicas — atuam simultaneamente, produzindo camadas sobrepostas de vulnerabilidade. Essa abordagem reconhece que determinados grupos, como mulheres negras, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+ (especialmente mulheres trans e travestis negras) e populações periféricas, enfrentam formas específicas e acumuladas de discriminação que não podem ser compreendidas isoladamente. Assim, o enfoque interseccional permite identificar com maior precisão as dinâmicas de exclusão e orientar intervenções e políticas públicas mais equitativas e efetivas.

Para o Ministério P?blico do Estado da Bahia (MPBA), esse tema é fundamental, considerando a missão institucional de defesa dos direitos fundamentais, promoção da igualdade e enfrentamento a violações que atingem grupos historicamente discriminados. A Bahia, marcada por uma população majoritariamente negra e por desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade, demanda uma atuação que considere a sobreposição dessas vulnerabilidades. A perspectiva interseccional fortalece iniciativas do MPBA no enfrentamento à violência contra a mulher, no combate ao racismo institucional, na proteção de comunidades tradicionais, e, de modo igualmente relevante, na defesa dos direitos da população LGBTQIA+, frequentemente afetada por violência física, exclusão escolar e laboral, discriminação em serviços públicos e dificuldades de acesso à saúde integral. Uma abordagem interseccional também permite qualificar ações voltadas à prevenção da violência contra pessoas trans e travestis, que enfrentam índices desproporcionais de violações decorrentes da interação entre racismo, transfobia e desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Discriminação racial e de gênero, Direitos LGBTQIA+, Racismo e Sexismo Estrutural, Violências interseccionais.

Exemplos de abordagem:

1. Análise da efetividade de políticas públicas de igualdade racial, de gênero e de promoção da cidadania LGBTQIA+;
2. Análise da atuação institucional em casos de discriminação múltipla, incluindo práticas de acolhimento e procedimentos investigativos sensíveis às identidades envolvidas.

4. CAOCA - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

4.1 Violência sexual contra crianças e adolescentes

Descrição e contextualização:

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das mais graves violações de direitos humanos, com impactos profundos e duradouros no desenvolvimento

f\u00f3sico, psicol\u00f3gico e social das v\u00edtimas. Trata-se de fen\u00f4meno complexo, multifacetado e, em grande parte, subnotificado, que ocorre majoritariamente em contextos de rela\u00e7\u00e3es de confian\u00e7a, no \u00e1mbito familiar ou comunit\u00e1rio, o que dificulta a identifica\u00e7\u00e3o, a den\u00fcncia e a responsabiliza\u00e7\u00e3o dos autores.

Para o Minist\u00e9rio P\u00fablico do Estado da Bahia, o enfrentamento da viol\u00eancia sexual infantojuvenil representa prioridade institucional, exigindo atua\u00e7\u00e3o integrada nas esferas preventiva, protetiva e repressiva, em articula\u00e7\u00e3o com o Sistema de Garantia de Direitos. A atua\u00e7\u00e3o ministerial envolve a fiscaliza\u00e7\u00e3o e o fomento de pol\u00icas p\u00ublicas, a promo\u00e7\u00e3o da responsabiliza\u00e7\u00e3o penal e c\u00edvel dos agressores, a prote\u00e7\u00e3o integral das v\u00edtimas e a preven\u00e7\u00e3o da revitimiza\u00e7\u00e3o, em conson\u00e1ncia com a Constitui\u00e7\u00e3o Federal, o Estatuto da Crian\u00e7a e do Adolescente e a normativa vigente.

Pesquisas acad\u00e9micas sobre o tema podem contribuir de forma estrat\u00e9gica para o aprimoramento da atua\u00e7\u00e3o do Minist\u00e9rio P\u00fablico do Estado da Bahia, ao produzir diagn\u00f3sticos qualificados, avaliar a efetividade de pol\u00icas p\u00ublicas, analisar fluxos de atendimento e propor metodologias inovadoras de preven\u00e7\u00e3o, acolhimento e responsabiliza\u00e7\u00e3o. A produ\u00e7\u00e3o cient\u00fistica nesse campo fortalece a tomada de decis\u00e3es institucionais, a atua\u00e7\u00e3o intersetorial e a constru\u00e7\u00e3o de respostas mais resolutivas e humanizadas \u00e0s situa\u00e7\u00e3es de viol\u00eancia sexual contra crian\u00e7as e adolescentes.

Palavras-chave: Viol\u00eancia sexual; Crian\u00e7as e adolescentes; Sistema de Garantia de Direitos; Prote\u00e7\u00e3o integral; Pol\u00icas p\u00ublicas.

Exemplos de abordagem:

1. Avalia\u00e7\u00e3o da efetividade das pol\u00icas p\u00ublicas de preven\u00e7\u00e3o e enfrentamento \u00e0 viol\u00eancia sexual contra crian\u00e7as e adolescentes;
2. An\u00e1lise dos fluxos de atendimento e da articula\u00e7\u00e3o interinstitucional entre os \u00f3rg\u00e3os do Sistema de Garantia de Direitos;
3. Estudo sobre pr\u00e1ticas de escuta protegida, depoimento especial e estrat\u00e9gias de preven\u00e7\u00e3o da revitimiza\u00e7\u00e3o;
4. Diagn\u00f3stico da subnotifica\u00e7\u00e3o da viol\u00eancia sexual infantojuvenil e seus impactos na atua\u00e7\u00e3o ministerial;

5. Análise da atuação do Ministério P\xfablico do Estado da Bahia na responsabilização penal e c\xedvel dos agressores e na proteção das v\x\xedtimas.

4.2 Violação de direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital.

Descrição e contextualização:

A violação de direitos de crianças e adolescentes no ambiente digital constitui um dos maiores desafios contemporâneos à proteção integral infantojuvenil, exigindo respostas institucionais qualificadas, interdisciplinares e baseadas em evidências. O uso precoce e intensivo de tecnologias digitais, redes sociais, jogos online e plataformas de compartilhamento expõe crianças e adolescentes a múltiplos riscos, como cyberbullying, exploração e abuso sexual, assédio, exposição à pornografia, discursos de ódio, desafios perigosos, coleta indevida de dados pessoais e recrutamento por grupos extremistas. Tais fenômenos impactam diretamente a dignidade, a integridade psíquica, o desenvolvimento saudável e o direito à convivência familiar e comunitária.

Para o Ministério P\xfablico do Estado da Bahia, a temática é altamente relevante, uma vez que o ambiente digital se consolidou como um espaço de ocorrência de violações de direitos humanos, demandando atualização da atuação finalística, da produção probatória, das estratégias preventivas e da articulação interinstitucional. Casos recentes de grande repercussão social evidenciam o potencial nocivo de conteúdos digitais para a radicalização de adolescentes e para a prática de atos de violência extrema, reforçando a necessidade de aprofundamento científico sobre os mecanismos de aliciamento, os fatores de vulnerabilidade e as respostas estatais mais eficazes.

A pesquisa acadêmica sobre o tema pode subsidiar o aperfeiçoamento da atuação do Ministério P\xfablico do Estado da Bahia ao investigar a efetividade das normas existentes — como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados e o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente —, bem como ao propor metodologias de prevenção, protocolos de atuação, fluxos intersetoriais e políticas públicas baseadas em evidências. Trata-se de campo fértil para estudos jurídicos, sociais, psicológicos e tecnológicos, com potencial impacto direto na qualificação das decisões institucionais e na

proteção de direitos fundamentais. Para o Ministério P?blico do Estado da Bahia, o enfrentamento da viol?ncia sexual infantojuvenil representa prioridade institucional, exigindo atuação integrada nas esferas preventiva, protetiva e repressiva, em articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. A atuação ministerial envolve a fiscalização e o fomento de políticas públicas, a promoção da responsabilização penal e cível dos agressores, a proteção integral das vítimas e a prevenção da revitimização, em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a normativa vigente.

Pesquisas acadêmicas sobre o tema podem contribuir de forma estratégica para o aprimoramento da atuação do Ministério P?blico do Estado da Bahia, ao produzir diagnósticos qualificados, avaliar a efetividade de políticas públicas, analisar fluxos de atendimento e propor metodologias inovadoras de prevenção, acolhimento e responsabilização. A produção científica nesse campo fortalece a tomada de decisões institucionais, a atuação intersetorial e a construção de respostas mais resolutivas e humanizadas às situações de viol?ncia sexual contra crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; Viol?ncia digital; Proteção integral; Direitos fundamentais; Ambiente digital.

Exemplos de abordagem:

1. Análise jurídica da efetividade do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente e seus reflexos na atuação do Ministério P?blico do Estado da Bahia;
2. Estudo sobre cyberbullying, assédio e exploração sexual online: desafios probatórios e estratégias de responsabilização;
3. Pesquisa sobre radicalização digital de adolescentes e o papel preventivo das instituições do sistema de justiça;
4. Avaliação das políticas públicas e ações interinstitucionais de prevenção à viol?ncia digital no âmbito do Ministério P?blico do Estado da Bahia;
5. Impactos do uso excessivo de tecnologias e redes sociais na saúde mental e no desenvolvimento de crianças e adolescentes;
6. Proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes à luz da LGPD e os desafios da atuação ministerial;

7. O papel da educação digital e do letramento digital na prevenção de violações de direitos infantojuvenis.

5. SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.1 Transformação Digital e Gestão Integrada

Descrição e contextualização:

A digitalização dos serviços não se resume a criar sites, mas a utilizar Inteligência Artificial (IA) e automação para processos de decisão. O desafio reside em como a Administração pode usar essas ferramentas (eficiência) respeitando o devido processo legal e a proteção de dados (jurídico), garantindo que o investimento tecnológico tenha retorno social (econômico).

Palavras-chave: Administração Digital; Inteligência Artificial; LGPD; Eficiência Administrativa.

Exemplos de abordagem:

1. Análise da legalidade de decisões administrativas tomadas por algoritmos sem intervenção humana;
2. O impacto da automação de processos na redução de custos operacionais de suporte.

5.2 Governança ESG e Sustentabilidade no Setor Público

Descrição e contextualização:

Historicamente, o conceito ESG nasceu no mercado financeiro para avaliar riscos e sustentabilidade de empresas. No entanto, sua transposição para o setor público tornou-se essencial devido à pressão por maior transparência e à urgência climática. No contexto público, o "E" (Environmental) refere-se à gestão de recursos naturais e compras verdes; o "S" (Social) foca na equidade, diversidade e impacto das políticas na qualidade de vida; e o "G" (Governance) abrange a integridade, o combate à corrupção e a eficiência dos gastos.

Juridicamente, o ESG se ancora em princípios constitucionais de eficiência e moralidade; contabilisticamente, exige a mensuração de ativos e passivos ambientais e sociais.

Palavras-chave: ESG no Setor Público; Compras Públicas Sustentáveis; Accountability; Finanças Públicas; Logística Reversa

Exemplos de abordagem:

1. A implementação da Logística Reversa em editais de licitação sob a ótica da Lei 14.133/2021.;
2. Impacto dos programas de Diversidade e Inclusão na produtividade e inovação no setor público.

6. CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA

6.1 Processos administrativos de natureza disciplinar - aspectos práticos e teóricos

Descrição e contextualização:

Os servidores públicos civis do estado estão submetidos ao Estatuto descrito na Lei 6.677/1994, cujo Título IV trata do Regime Disciplinar. Parte da atuação desta Corregedoria Administrativa diz respeito à instauração e julgamento dos processos disciplinares, e estudos aprofundados e atuais sobre o tema seriam interessantes não só para a atuação da unidade, mas para a difusão de conhecimento entre servidores, visando melhor instrução dos processos instaurados.

Palavras-chave: Processo administrativo disciplinar; processos administrativos

Exemplos de abordagem:

1. Aspectos práticos e teóricos, notadamente que digam respeito à interpretação das normas legais à luz da atualidade, assédio moral, etc.

6.2 Formação em Gestão Administrativa - aspectos práticos e teóricos

Descrição e contextualização:

Necessidade de aperfeiçoar gestão administrativa para melhor suporte à atuação finalística. Linha de pesquisa que leve os pesquisadores a estudarem, através de pelo menos três meios, 1) a literatura da área, 2) o conhecimento acadêmico e 3) as experiências de outros Órgãos públicos, formas de aperfeiçoar a gestão administrativa para ser mais efetiva enquanto suporte à atuação finalística.

Palavras-chave: Gestão administrativa

Nota: *Projetos de pesquisa que não estejam diretamente vinculados aos temas acima, mas que guardem correlação com as atividades-fim ou meio do MPBA, poderão ser inscritos normalmente, porém não farão jus à pontuação do critério 1.1.*